



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

SERVIÇO SOCIAL E LUTA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

ANA LIVIA ADRIANO¹

Resumo: O projeto profissional construído pelos sujeitos e entidades do Serviço Social, conectados as lutas dos trabalhadores, solicita a reflexão sobre o seu significado e validade histórica mediante o diálogo que esta profissão estabelece com as classes sociais e as determinações contemporâneas da cultura e da política. A discussão sobre a profissão e os projetos societários que disputam hegemonia no cenário brasileiro constituir-se-ão, neste artigo, o fio de Ariadne, que buscará compreender o significado do projeto profissional do serviço social e as particularidades das forças sociais que se movem na arena contemporânea.

Palavras-chave: serviço social; projeto profissional; luta de classe

Abstract: The professional project built by the subjects and entities of the Social Service, connected to the struggles of the workers, calls for reflection on its meaning and historical validity through the dialogue that this profession establishes with the social classes and the contemporary determinations of culture and politics. The discussion about the profession and the societal projects that dispute hegemony in the Brazilian scenario will constitute, in this article, the thread of Ariadne, who will seek to understand the meaning of the professional project of social service and the particularities of the social forces that move in the contemporary arena.

Keywords: social service; professional project; class fights

1. Introdução

Nos últimos dois anos, mais precisamente após agosto de 2016, presencia-se na sociedade brasileira o questionamento a democracia, em suas bases aparentemente frágeis, expressadas por uma prática tão recorrente a formação social brasileira: os *golpes*. O conceito e a prática dos ciclos permanentes de “contrarrevoluções preventivas”, destacados por Florestan Fernandes (re)atualizam-se e os desafios a parcela dos trabalhadores que pugnam pela democracia e pela justiça social são múltiplos. O recrudescimento da desigualdade, da violência, a militarização da vida social, do extermínio a juventude negra e aos moradores das periferias, da intolerância e das

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <analiviass@gmail.com>

expressões barbarizantes de preconceitos cujas confluências e tensões entre o arcaico e o moderno se exacerbam constituem umas das determinações do contemporâneo. Certamente esses determinantes alcançam o serviço social, na defesa do projeto profissional e dos posicionamentos teóricos, éticos e político que o conformam.

Analisar o presente é uma das tarefas mais urgente e, também, mais espinhosa aos que buscam compreender minimamente as configurações societárias do tempo em que se vive. Na tentativa de compreender sua morfologia, suas complexidades e potências, é necessário depurar os traços de continuidade e os de ruptura, para evitar uma “romantização”² do passado e uma supervalorização do presente, uma vez que a história não se configura como “uma cadeia singular de particularidades, sem nenhuma ligação dinâmica com os fatores que associam povos distintos através de civilizações comuns” (Fernandes: 2005,32). Entre o saudosismo e o presenteísmo podem-se formar abismos para compreender os processos sociais que conformam a contemporaneidade, afinal se o passado atribui seu sentido a “uma continuidade coletiva de experiência” (Hobsbawm:2013,38), este lança forma ao sentido do futuro (e, por conseguinte, do presente) – cujos elementos estão além das cronologias ou etapismo – , “no qual a hegemonia de uma forma (mudança histórica) não exclui a persistência, em diferentes meios e circunstâncias, de outras formas de sentido do passado” (Idem: 42).

Portanto, refletir – ainda que propedeuticamente – sobre a hegemonia do projeto profissional exige assinalar os embates históricos das classes sociais (destacando alguns elementos de sua processualidade), os quais se localizam nas disputas de projetos coletivos, a medida que os projetos profissionais

² Sem espaço para problematização acerca da crítica ao romantismo no pensamento marxiano e na tradição marxista, destacamos um trecho dos Grundrisse, Fundamentos da Crítica da Economia Política (1857-1858): “Nos períodos anteriores da evolução, o indivíduo gozava de uma maior plenitude justamente porque, não dispondo ainda de condições materiais plenamente desenvolvidas, encara-lhes como forças e relações sociais independentes de si. Aspirar a essa plenitude do passado é tão ridículo quanto desejar a manutenção do estado atual de penúria. A concepção burguesa jamais conseguirá ir além da oposição ao ponto de vista romântico e, portanto, ele vai acompanhá-la, como sua legítima antítese até o bem aventurado fim da burguesia”

possuem, na sua dinamicidade, “uma consonância com o sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera” (NETTO: 1999,95). Isto é, as profissões circunscrevem-se na organização econômica, ideopolítica e cultural das relações sociais, participam da (re)produção social e respondem pedagogicamente a manutenção de um “conformismo autoritário” ou contribui para a construção de uma “individualidade e personalidade crítica [que] alcançam o homem-coletivo” (Gramsci: 2004). Certamente, capturar essa contradição e apreende-la dialeticamente exige recursos teóricos e políticos caucionados no pensamento crítico, cujo acumulo o serviço social vem registrando bravamente.

Tal acumulo concentra-se num fio analítico fortemente sustentado em três premissas indissociáveis. A primeira, diz respeito ao significado social da profissão. Enquanto profissão inserida nas relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005), partícipe do trabalho coletivo e com organicidade sócio-política, o serviço social atua nos aparelhos privados de hegemonia, podendo ainda constituir-se como um desses aparelhos, um elemento estratégico da hegemonia burguesa, se remetermos ao seu processo de gênese e institucionalização no Brasil. A segunda premissa trata do vínculo do serviço social com a questão social, isto é, tendo a questão social, em suas expressões e formas enfrentamento, o elemento justificador de sua legitimidade profissional, o serviço social dialoga com os componentes formadores da questão social – a desigualdade e a rebeldia –, bem como com os projetos das classes sociais em disputa, podendo fortalecer um ou outro projeto “pela mediação de seu oposto” (IAMAMOTO; CARVALHO: 2005, 75). Através desse dialogo estabelece-se as bases para a construção de uma hegemonia profissional atrelada, necessariamente, a defesa de um determinado projeto hegemônico. E, como terceiro elemento, apontamos a dimensão ideopolítica do trabalho profissional do assistente social. Considerando o assistente social um *intelectual*, que desempenha funções de organizador, articulador, coordenador e criador “de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculados” (IAMAMOTO; CARVALHO: 2005,87) ou da reprodução política e ideológica dos aparelhos da

hegemonia burguesa, é necessário compreender os fundamentos teóricos e políticos que norteiam as funções intelectuais dos assistentes sociais e subsidiam a construção da hegemonia profissional. Compreendemos os intelectuais como principal mediação da hegemonia, em que “da técnica-trabalho” chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político) (GRAMSCI: 2010,53). Imersos nessas provocações, este texto propõe-se refletir sobre o projeto profissional, destacando alguns elementos do diálogo do serviço social com os antagonismos vigentes.

2. Serviço social e lutas de classe: fundamentos do projeto profissional

Recorrendo a algumas determinações que possibilitaram a construção do projeto ético-político, veremos que este apresenta-se quase como corolário do processo de organicidade que a classe trabalhadora engendrou – em seus avanços e recuos –, nas últimas três décadas do século XX, para eliminação das tramas coercitivas da autocracia burguesa, a instauração da democracia e de uma referencialidade de marcos políticos e legais garantidores da cidadania³. Nessa perspectiva, analisar a hegemonia do projeto profissional do serviço social requer necessariamente compreender com quais projetos de sociedade essa profissão dialoga e como tais projetos societários influenciam, tensionam e afirmam suas construções e fazeres, numa sociedade fortemente marcada por traços autoritários e coloniais⁴, cuja modernização solicitou a

³ “Nas condições brasileiras de então, as requisições contra a exploração imperialista e latifundiária acrescida das reivindicações de participação cívico-política ampliada, apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado; se, imediatamente, suas resultantes não checavam a ordem capitalista, elas punham a possibilidade concreta das lutas sociais alçar-se a um patamar tal que, por força da nova dinâmica econômico-social e política desencadeada, um novo bloco de forças político-sociais poderia engendrar-se e soldar-se, assumindo e redimensionando o Estado na construção de uma *nova hegemonia* e na implantação de políticas democráticas e populares nos planos econômico e social” (NETTO: 1998,23).

⁴ “Esses processos influenciam-se reciprocamente, em diferentes modalidades, conforme a época, o lugar e a ocasião. (...) Cada presente, a partir da perspectiva deste ou daquele grupo, desta ou daquela classe, pode suscitar um modo de resgatar o passado – e imaginar o futuro” (Ianni:2004, 54).

manutenção de perversos ciclos de autoritarismo e atrasos nas relações sociais e na instauração da cultura política do país.

Parece consensual para as produções que refletem os aspectos históricos e teórico-metodológicos do serviço social sob a perspectiva histórico-crítica, que o seu surgimento está atrelado às contradições da sociedade burguesa, tendo na questão social sua base de justificação sócio-histórica. É na tensão entre as classes sociais que se encontram as bases materiais e ideopolíticas do serviço social e é também nos meandros da luta de classe que se configuram o diálogo que esta profissão faz com os projetos societários hegemônicos. Retomando, sucintamente, a história da profissão no Brasil, vê-se que seu surgimento e institucionalização se dão na esteira do pensamento conservador, especialmente no pensamento doutrinário da Igreja Católica, nas primeiras três décadas do século XX. A Igreja, com seu discurso humanista objetiva, neste período, recuperar antigos privilégios e áreas de influências político-ideológicas, que havia perdido com a crise das oligarquias, além de afastar o proletariado das influências subversivas do comunismo e profissionalizar colaboradoras, moças de famílias nobres, idôneas, com boa formação moral e religiosa para o apostolado social, fortalecendo, assim, o movimento de Ação Católica⁵ que vinha sendo defendido pela Igreja, mundialmente.

Esta perspectiva doutrinária “vai imprimir à profissão um caráter de apostolado, numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais” (Yazbek, 1999: 22), em uma conjuntura particularizada pelo início da expansão do capitalismo e a expansão e ideário católico. Perpassava a idéia de que caberia ao Estado a intervenção nos problemas relacionados a economia e a política, subsidiando as entidades sociais- através de auxílios e

⁵ Gramsci, no Caderno 20, escrito entre 1934-1935 analisa a *Ação Católica- católicos integristas- jesuítas- modernistas* e no que diz respeito à Ação Católica do final do século XIX, início do século XX, irá conceituá-la como “uma reação contra a intensa apostasia de amplas massas, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo. Não é mais a Igreja que estabelece o terreno e os meios da luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe é imposto pelos adversários ou pela indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo ao arsenal de seus adversários (a organização política de massas)” (Gramsci:2001, 152)

isenções públicas às iniciativas privadas de benemerência- para atenuarem as desigualdades sociais pela via de um comunitarismo cristão caracteristicamente corporativo, em que atribuía à sociedade civil a responsabilidade do “cuidado” com a questão social, considerada por Leão XIII “antes de mais nada moral e religiosa, não econômica” (Gramsci:2004,153).

A perspectiva teórica que orienta a prática profissional neste momento ancora-se numa visão naturalizada da sociedade que possibilita “tratar” o indivíduo sob o prisma do ajustamento às normas psicossociais, reforçada na matriz analítica do positivismo e da retórica humanista cristã, a qual imprime à profissão uma estrutura sincrética⁶ derivada dos pressupostos teórico-doutrinários e do estatuto profissional a ela conferido. A insuficiência de produção intelectual e o forte vínculo do serviço social com o pensamento da Igreja e os referenciais metodológicos de abordagem positivistas coloca esta profissão como um dos instrumentos de garantia da hegemonia da classe dominante, reproduzindo um “conformismo social no seio da sociedade mediante funções pedagógicas persuasiva e coercitivas” (Abreu: 2002, 42-43). A profissão assume, incorpora e defende o projeto autocrático-corporativista da burguesia, cuja representação maior está na conceituação gramsciana de “Estado de Compromisso”, utilizada pelo autor Boris Fausto para explicar as disputas hegemônicas dessa época.

Submersos num cenário que necessitava formar e reformar-se para construir um “consenso” hegemônico entre as frações da burguesia agrária e industrial, o serviço social é constituído como um dos aparelhos de hegemonia da classe dominante à medida que desempenha funções que objetivam atender as necessidades da classe que a contrata e legitima, sendo um instrumento de controle da classe trabalhadora, organizador da ordem e da paz social. Aqui é importante sinalizar que uma hegemonia “não se constitui como aparelho a não

⁶ “O sincretismo nos parece o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um dos princípios constitutivos do Serviço Social” (NETTO:1996,88).

ser por referencia à classe que se constitui em e através de múltiplos sistemas:” (Gramsci: 1980,136). O elemento definidor do aparelho de hegemonia é a luta de classe e sua forma de se expressar em várias conjunturas e movimentos da história.

O vínculo do serviço social com o projeto de modernização da economia brasileira insere a profissão no caminho das grandes instituições socioassistenciais, na modernização das administrações municipais e na apropriação dos novos referenciais que norteavam os incipientes programas e políticas sociais. O Brasil, no período da guerra fria, lança-se na ordem mundial imposta pelos Estados Unidos, em que “o dinheiro que corre o mundo é americano e, por trás do dinheiro corre o modo de vida e a cultura” (Gramsci: 2001, 242). Sob o slogan do desenvolvimento e da eliminação do “espectro” do comunismo do cenário político mundial constroem-se as bases da adesão ao americanismo e desenvolvimentismo. O Estado brasileiro e, conseqüentemente, os intelectuais vinculados às classes dominantes delimitam as bases de atuação do profissional de Serviço Social – neste período, *em franca expansão*- por intermédio de um discurso messiânico que atribuía à política desenvolvimentista o objetivo de erradicar a pobreza, garantindo a paz social e política, a ordem e segurança.

A ideologia do americanismo e as práticas do Desenvolvimento de Comunidade tornam-se, assim, instrumentos eficazes de reprodução dos interesses burgueses. Além da abordagem individual e de grupo, o Serviço Social brasileiro- em conjunto com outras profissões incorpora as influências teóricas do funcionalismo norte- americano e da metodologia de trabalho com comunidade como elemento central de erradicação da pobreza e do subdesenvolvimento. Esta interlocução com o DC lega ao serviço social, num primeiro momento, o pragmatismo, o tecnicismo e a ausência crítica da cultura americana, que tem no fordismo o organizador da produção, da acumulação e da cultura.

A formação do 'americanismo' e, por conseguinte, a racionalização da produção fordista, vem requerer um "novo tipo humano", conformado e enquadrado às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas. As "investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a 'moralidade' dos operários" (Gramsci, 2001, p.266) dão a forma exterior da persuasão e do consenso ao uso intrínseco da força. Assim, o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática (...) "e sua forma mais completa consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo". (idem:242-243)

Mas, como os processos históricos não são lineares e carregam em si a contradição, na construção do padrão fordista e do Desenvolvimento de Comunidade forjam-se também a resistência a esta perspectiva ideopolítica. Logo, a inserção do serviço social nas práticas do Desenvolvimento e Organização de Comunidade irá possibilitar a uma parcela dos assistentes sociais uma aproximação primeira a crítica dos processos sociais, decorrentes da experiência em trabalhos multidisciplinares, da influência do movimento estudantil nas universidades e na sociedade, da interlocução deste com as ciências sociais e do diálogo com a Teologia da Libertação. Os três últimos constituem-se, na análise de Netto (1998:144) como "três vetores que afetam a reprodução da categoria profissional" no processo de erosão do Serviço Social Tradicional no Brasil e na América Latina.

As estratégias coercitivas do americanismo impulsionam aos trabalhadores, no cenário brasileiro e latino americano, a construção resistências e lutas. Legando à história um *regime político de nítidas características fascistas* (Netto,1998), em que os impasses e conflitos se intensificam polarizando politicamente a conjuntura brasileira, o regime instaurado em abril de 1964 reflete a construção de uma hegemonia baseada no autoritarismo, no centralismo político, na supressão de direitos e na, análise de Netto (1998), na

consolidação de uma contra revolução preventiva em escala planetária, que tinha como objetivo

“ adequar padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países aos novo quadro de inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a essa reinserção subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo” (Netto: 1998,16).

Esses influxos alcançam a particularidade do Serviço Social brasileiro através do seu *processo de renovação*. A busca pela ruptura com o legado funcionalista e as bases tradicionais do serviço social exige, nesse período, uma redefinição teórico- metodológica negadora do *monolismo*⁷ característico da profissão. As metamorfoses econômicas e políticas na conjuntura do país possibilitaram aos profissionais brasileiros - em consonância com os latino-americanos – buscarem redefinições dos pressupostos teórico-metodológicos, por intermédio de um processo de renovação e do questionamento das bases do Serviço Social Tradicional. Além das aproximações à crítica propiciada pelas práticas do DC – diálogo com o movimento estudantil, as ciências sociais e alguns setores da teologia da libertação – consideram-se como principais vetores para ruptura com o tradicionalismo a expansão da profissão, a criação de um mercado de trabalho nacional para o serviço social, à inserção deste no âmbito universitário e o seu processo de laicização. Segundo NETTO (1998:129), ao instaurar “condições para uma renovação do serviço social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava”. Isto é, as contradições e exigências da autocracia burguesia oportunizaram à profissão uma diferenciação teórico-metodológica e ético-política que fecundaram as disputas

⁷ (...) “é incontestável que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político- partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica (Netto:1998,128).

pela hegemonia profissional e delinear as construções desta profissão nas décadas posteriores, a exemplo do projeto ético-político⁸.

A luta pela democracia na sociedade brasileira ressoou no meio profissional, qualificando os sujeitos da categoria como protagonistas deste processo macrossocial de resistência a ditadura e possibilitando a esta profissão a consistência crítica ao pensamento conservador. Assim, de forma inédita o serviço social responde aos embates políticos e culturais da sociedade brasileira e, num contexto de negação das liberdades constrói elementos e fôlego político para romper com o conservadorismo que lhe foi legado, por meio do enfrentamento das bases conservadoras da ordem autocrática. A aproximação com a tradição marxista e as transformações operadas pelo protagonismo da classe trabalhadora determinam ao serviço social a construção de referenciais teóricos, éticos e políticos capazes de construir uma organicidade profissional atrelada à construção de projetos contra-hegemônicos ao capital.

Conforme Fontes (2010), as lutas sociais nas décadas de 70 e 80 apresentam intensidade e riqueza – constituída por inúmeras organizações com bases diversificadas (empresarial, sindical, populares) – ao mesmo tempo em que sinaliza uma efetiva complexificação nos processos de direção e construção da hegemonia. Assim, a “simultaneidade da emergência de múltiplas organizações populares (com enorme potencial democratizante e, em muitos casos, com perfil nitidamente anti capitalista) em luta contra a ditadura militar e das expressões de descontentamento empresarial contribuiria para uma extensão acrítica do termo ‘sociedade civil’”(pg227) e, por conseguinte, uma aparente fragmentação da luta de classe.

⁸ Ao considerar a erosão do serviço social tradicional como *um fenômeno internacional*, Netto (1998) identifica três direções que particulariza as elaborações do serviço social brasileiro: a *perspectiva modernizadora* (imprime à profissão aspectos modernizadores de suas bases tecnocráticas e funcionalistas); a *reatualização do conservadorismo* (“recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão e os repõe sobre uma base teórico- metodológica que se reclama nova” Netto: 1998) e a *intenção de ruptura*, sendo esta última catalisadora de alguns marcos teóricos e políticos que possibilitaram a construção do projeto ético-político.

No entanto, a conquista tardia de referências mínimas de cidadania – aqui no Brasil e estendendo-se aos países latinoamericanos – colide com a organização econômica, política, social e cultural da hegemonia neoliberal, apresentando elementos coibidores das determinações conjunturais que produziram o projeto profissional. Tal descompasso parece destruir as sinfonias das lutas de outrora, esfacelando algumas notas e homens que as produziram. Mais recentemente, o embate entre a proposta neoliberal de defesa do livre mercado e da intervenção mínima estatal e as prerrogativas dos (neo) desenvolvimentismo, que se aprofunda nos governos petistas sob a defesa da intervenção do Estado na economia como recurso ao desenvolvimento econômico, agudizam-se e constitui-se um dos elementos importantes para entender o desfecho do golpe parlamentar e midiático cujas conseqüências se desvelam horrorosas cotidianamente. Quais os desafios que esta conjuntura apresenta a profissão e como vimos respondendo a tais rebatimentos é uma arena analítica aberta, necessária e plena de potencialidades. No próximo item, ousaremos tecer tímidas considerações acerca desta questão.

3. **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE GOLPE:** despreziosas problematizações

Como assinalamos anteriormente, o golpe de 2016 assinala desafios a democracia. O impeachment de Dilma Rousseff é muito mais que uma ação de um grupo de parlamentares querendo “estancar as sangrias da Lava Jato” nem tampouco “um levante das elites sobre um governo dos e para os trabalhadores”. Conforme Boito Jr., os interesses que produziram a deposição do governo Dilma “são interesse de classe, que envolvem grandes massas da população trabalhadora, que afetam os negócios das grandes empresas brasileiras e estrangeiras, modelam o perfil da economia e, inclusive, tem conseqüências importantes na política latino-americana e mundial” (2016:26).

Os governos Lula e Dilma demarcam a lúcida escolha pelo reforço aos interesses das frações burguesas, cujo apoio foi determinante para sua

manutenção no poder. A retórica da democracia e dos direitos humanos ocultou as fissuras estruturais e a disputa de projetos societários anticapitalistas parecia restringir suas margens de possibilidades a medida que alguns movimentos sociais e partidos apostaram na institucionalidade do Estado, deslocando-se um pouco da perspectiva classista da luta social. As pactuações, tão necessárias e nefastas aos governos petistas, produziram um saturamento ou uma capacidade de dar respostas as frações burguesas que os apoiaram. O ciclo expansivo da economia, as tentativas de redistribuição ou desconcentração de renda (sem em nada alterar a riqueza socialmente produzida), a ampliação de vagas nas universidades públicas (ainda que de forma precarizada e desordenada) e a visibilidade de mulheres, jovens, negros bem como de políticas que resgatem o direito a memória e a verdade (esta última sem o desvelo completo das atrocidades da ditadura militar) aparecem como afronta aos interesses de uma burguesia amorfa, “ que odeia os pobres, alimenta-se historicamente do autoritarismo e encontra nos ecos antidemocráticos no neoliberalismo terreno de expansão de seus tentáculos de extinção de direitos e reprodução da intolerância e da barbárie. Assim,

“vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ele não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista. (...) assim, criou-se no Brasil uma situação de impasse em que o golpe de Estado encontrará forte resistência popular e deverá evoluir, conforme as medidas regressivas assumidas por um governo ilegítimo sejam adotadas, para uma inédita insatisfação das lutas sociais. (Braga: 2016, 60).

No aspecto evolutivo do golpe, assistimos desmandos, denúncias de corrupção que atinge o presidente ilegítimo e uma grande parcela do Congresso Nacional, além a brutal retirada dos direitos dos trabalhadores, mediante os cortes orçamentários para as políticas públicas, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a votação do PL do Veneno, aos novos parâmetros para a educação básica e o ensino médio, além dos cortes de verbas e da precarização massificada para o ensino superior público. O registro dessas pequenas reflexões intercala-se com o acompanhamento da espetacularização do judiciário ou sua partidarização, cujo registro maior reside na prisão do ex-

presidente Lula, sem provas consistentes e por uma clara finalidade política. Portanto, se as esperanças de melhores condições de vida para os trabalhadores, depositadas nos governos petistas, foram abandonadas pelo reformismo e a (re)atualização da política de consensos, em que “a questão da política parece ter perdido sua aspereza e se transformado na gestão e formulação de pactos sociais” (Dias, 2004:16); hoje, os trabalhadores tem o desafio da unidade, sem perda de princípios mas com um claro objetivo tático: defender a democracia, com todas as restrições a ela imputadas na sociedade burguesa, os direitos sociais e humanos e o combate a todas as formas de autoritarismo.

Os tempos estão prenhes de adversidades, mas nelas também residem potencialidades. Responder as primeiras e elaborar as segundas exige qualificação teórica e ousadia político-prática. O serviço social não fica alheio as estes movimentos e vem respondendo, através dos posicionamentos dos intelectuais e das entidades políticas da categoria, intransigentemente, em articulação com as lutas dos trabalhadores que se localizam na trincheira de defesa dos direitos (e para além destes), da liberdade, da democracia e da justiça social. Obviamente, os posicionamentos de combate a todas as formas de opressão, ao machismo, a misoginia, ao extermínio de jovens, da população que vive nas favelas e aos militantes; o enfrentamento a todas as formas de preconceito, segregação e ao autoritarismo não expressam uma homogeneidade na categoria profissional, uma vez que os ecos conservadores e reacionários desta profissão não foram suprimidos inteiramente, mas se apresenta como o acúmulo teórico, ético e político consolidado, fruto de estudos, pesquisas e densas reflexões sobre a vida social, estado e sociedade, classes e lutas sociais, formação social brasileira e sobre os processos que conformam o trabalho e a formação profissional. Tal acúmulo precisa ser cada vez mais afirmado, a medida que a nossa condição de trabalhadores assalariados desvela os limites, mas também as possibilidades.

Assim, destacamos dois rebatimentos aparente desta conjuntura ao serviço social. A primeira localiza-se no agravamento da questão social e nas

respostas que lhe são formuladas. Isto é, o aumento da desigualdade e a retração dos direitos sociais exigirão dos assistentes sociais capacidade crítica para não sucumbir a lógica produtivista presente nas políticas sociais, não capitularem numa perspectiva fatalista ou messiânica diante das precárias condições de trabalho e de remuneração e, sobretudo, não abandonarem as perspectivas teórico-metodológicas que direcionam a formação profissional por tendências despolitizadas, empiristas e análises deslocada da totalidade. O trabalho do assistente social pode qualificar o componente da rebeldia na questão social e este adensamento não se localiza nas ações singulares, mas coletivas: seja entre os profissionais, seja destes com os demais trabalhadores.

Outro elemento de desafio e tensão reside na afirmação da perspectiva teórica e nos vínculos políticos que o serviço social vem assumindo. A teoria social crítica, principalmente as abordagens marxiana e marxista se tornam indispensáveis para compreender os projetos em disputa, a necessidade de fortalecer as perspectivas democráticas e de cidadania (sem esquecer dos vínculos que tem-se com a defesa de uma outra sociabilidade) e as novas expressões da questão social e exigências do trabalho profissional. Certamente, as tensões no interior do pensamento crítico surgirão e exigirão lucidez e consciência ético-política. A dialética não pode captular diante dos determinismos, fatalismos e ausência de criticidade, afinal trata-se de uma profissão que há aproximadamente quatro décadas não se furta a luta e a crítica. Assim, torna-se imprescindível compreender qual o horizonte macroscópico que unifica as lutas e resistências das diversas organizações e forças políticas dos trabalhadores, de caráter anticapitalista, que materializam resistências no cenário contemporâneo brasileiro. Quais disputas e tensionamentos impedem a unicidade da esquerda – salvaguardando as necessárias diversidades e divergências de estratégias e fundamentos – , bem como qual direção social prioriza-se no embate com o projeto hegemônico do capital. Tais questões se sintonizam com a compreensão de que o estabelecimento de uma nova justiça distributiva e comutativa e de uma liberdade que não fundamente a propriedade privada – mas humanize “os sentidos dos homens e crie uma sensibilidade humana correspondente a toda

11

riqueza do ser social” (MARX: 2002:144) –é condição para a construção de um projeto contra-hegemônico, direcionado a emancipação humana.

4. Referencias

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis Pedagógicos da Prática Profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
BOITO JR., Armando. *Os atores e o enredo da crise política*. IN: Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no brasil. Sao Paulo: Boitempo, 2016.

BRAGA, Ruy. *O fim do Lulismo*. IN: Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no brasil. Sao Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

FONTES, Virginia. *Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Ed.UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni di Cárcere*. Roma: Instituto Gramsci, 1978.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 01, Introdução ao estudo da filosofia, A filosofia de Benetto Croce. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 02, Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 04, Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. *A idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IASI, Mauro Luis. *A metamorfose da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: expressão Popular – 2006.

MARX, Karl. *O 18 brumário e Cartas a Kugelmann*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. “A construção do projeto ético- político profissional frente à crise contemporânea.” *In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Módulo 01. Brasília: Centro de Educação à Distância, Universidade de Brasília (CEAD – UNB); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 1999.

_____. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

SIMIONATTO, Ivete. “As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade”. *In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Módulo 01, Brasília: Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília (CEAD - UNB); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 1999.